



PROCESSOS POLÍTICOS QUE ENVOLVEM A PRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO

Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Atena
Editora

Ano 2019



PROCESSOS POLÍTICOS QUE ENVOLVEM A PRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO

Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Atena
Editora

Ano 2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Karine de Lima
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P963	Processos políticos que envolvem a produção e organização do espaço [recurso eletrônico] / Organizadora Thaislayne Nunes de Oliveira. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-889-2 DOI 10.22533/at.ed.892192312 1. Geografia humana – Pesquisa – Brasil. I. Oliveira, Thaislayne Nunes de. CDD 304.2
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

É sabido que o seres humanos se organizam no tempo-espaço e modificam-se a partir das respectivas relações sociais de dada a conjuntura histórica. Nesse sentido, evidencia-se a modificação das paisagens naturais transformadas milenarmente, no Brasil e no mundo, que foram determinadas por padrões socialmente construídos e balizadas por avanços científicos e tecnológicos. Entretanto, não podemos perder de vista que as transformações geográficas são intrínsecas aos processos de organização da sociedade, sobretudo no que tange a geopolítica e os contextos: histórico, cultural, social, econômico e político.

O livro “Processos Políticos que envolvem a Produção e Organização do Espaço” é composto por oito artigos, que tratam de diferentes situações locais articulados as mudanças globais. Para tanto, foi subdividido em dois blocos centrais, o primeiro composto por aspectos relacionados à globalização e análises internacionais. E no segundo os autores tratam de casos da realidade brasileira.

De maneira introdutória os autores realizaram análise acerca da transformação da paisagem, abordando aspectos relacionados ao desenvolvimento local, regional e necessidade de adequações aos parâmetros globais, a chamada globalização. De mais a mais, os autores narram às fragilidades dos ajustamentos locais mediante as necessidades globalizadas, que perpassam a configuração do mercado, consumo, valor e lucro, sobremaneira por ser tratar de uma sociedade inerente à ordem capitalista.

Esse foi o “start” da discussão internacional, que aborda questões relacionadas a fronteiras territoriais e outras situações da contemporaneidade, inicialmente exibindo a experiência das cidades localizadas na República Dominicana e no Haiti, e, posteriormente discorrendo sobre os conflitos geopolíticos por recursos minerais no Congo, oportunizando a apresentação da construção histórica deste país.

O segundo bloco é composto por textos que versam sobre a realidade brasileira. Apresentando experiências dos Estados Mato Grosso do Sul, Maranhão, São Paulo (Santos), Rio de Janeiro (Resende) e também uma análise regional. Neste bloco a discussão permeou aspectos sobre a construção da educação e memória geográfica do Brasil, o processo de desenvolvimento urbanístico das relações sociais, o avanço tecnológico e reflexões sobre o processo da globalização. Abordando ainda a discussão sobre indígenas, camponeses e quilombolas.

Além disso, os autores evidenciam a construção do espaço urbano, que foi analisada sob a ótica da desproteção do Estado e respectivas mazelas sociais, que são engendradas ao processo de urbanização e industrialização. Os últimos capítulos revelam estudos de casos em cidades da região sudeste do Brasil, os quais refletem os diferentes tipos de situações associadas à (re)configuração das cidades, conformação das grandes metrópoles, reestruturação produtiva, expansão urbana e dinâmica das transações imobiliárias.

Neste livro, o leitor poderá aproximar-se da discussão da organização do espaço,

inclusive com ponderações sobre os diferentes momentos históricos e processos transversais. Cabe destacar que o assunto é mundialmente pertinente e atual, uma vez que as problemáticas vivenciadas por todos os países influem também nas relações exteriores, tal como a situação dos refugiados. Logo, reafirma-se a relevância de analisarmos a construção do espaço e aspectos documentadamente inerentes.

Afinal, para compreendermos aspectos presentes no contexto atual faz-se necessário aprendermos o desenrolar das conformações históricas da sociedade, que justificam os padrões construídos e as modificações milenares, e, fundamentam a construção do conhecimento da atualidade. Embora essa afirmação seja inequívoca, com as fragilidades do contexto atual faz-se necessário reafirmarmos as obviedades. Sendo assim, ratifico a importância desta leitura, que evidencia análises imprescindíveis e contemporâneas.

Thaislayne Nunes de Oliveira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
TRANSFORMAÇÕES DA PAISAGEM – O SACRIFÍCIO LOCAL PELO ZELO GLOBAL	
Geovana Freitas Paim	
DOI 10.22533/at.ed.8921923121	
CAPÍTULO 2	12
ZONAS TRANSFRONTEIRIÇAS, DELIMITAÇÃO SOCIOESPACIAL E TERRITORIAL DO ESTADO: O CASO DA CIDADE DE JIMANÍ (REPÚBLICA DOMINICANA) E POSTO FRONTEIRIÇO DE MALPASSE/ FONDS-PARISIEN (HAITI)	
Guerby Sainté	
DOI 10.22533/at.ed.8921923122	
CAPÍTULO 3	24
CONGO: CONFLITOS GEOPOLÍTICOS POR RECURSOS MINERAIS	
Dante Severo Giudice	
André Lucas Palma Barbosa	
Cíntia Silva de Jesus	
Mariana Oliveira Santana	
DOI 10.22533/at.ed.8921923123	
CAPÍTULO 4	36
AS TECNOLOGIAS E A RELAÇÃO LOCAL-GLOBAL: DISCUTINDO DIVERSIDADE E CONFLITOS NA DISCIPLINA DE GEO-HISTÓRIA E TERRITORIALIDADES	
Jaqueline Machado Vieira	
Rodrigo Simão Camacho	
DOI 10.22533/at.ed.8921923124	
CAPÍTULO 5	56
MEMÓRIA E ENSINO DE GEOGRAFIA POLÍTICA NA CASA DO IDOSO DE IMPERATRIZ – MA	
Diego Armando de Sousa Paz	
Fernanda Ferreira Silva Sanches	
Allison Bezerra Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.8921923125	
CAPÍTULO 6	72
IDEAL DE CONSUMO E URBANIZAÇÃO: A VIOLÊNCIA URBANA E SUAS FACES NAS METRÓPOLES DO SUDESTE BRASILEIRO	
Kauê Santos Lima	
DOI 10.22533/at.ed.8921923126	
CAPÍTULO 7	86
PRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO, OS SISTEMAS POLÍTICOS E A PRIMAZIA DA CIDADE DE SANTOS, SP	
Hilmar Diniz Paiva Filho	
Roberto Righi	
DOI 10.22533/at.ed.8921923127	

CAPÍTULO 8	97
REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA EM CIDADES MÉDIAS: DINÂMICA IMOBILIÁRIA RESIDENCIAL E EXPANSÃO URBANA EM RESENDE- RJ	
Marília Baldo Simões	
DOI 10.22533/at.ed.8921923128	
SOBRE A ORGANIZADORA	110
ÍNDICE REMISSIVO	111

AS TECNOLOGIAS E A RELAÇÃO LOCAL- GLOBAL: DISCUTINDO DIVERSIDADE E CONFLITOS NA DISCIPLINA DE GEO-HISTÓRIA E TERRITORIALIDADES

Jaqueline Machado Vieira

Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), licenciada e bacharelada em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (FCT-UNESP) -E-mail: jakquet@hotmail.com

Rodrigo Simão Camacho

Pós-Doutorado em Geografia (UFMS-CPTL) e Doutorado em Geografia (FCT-UNESP). Professor Adjunto no curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEDUC), Faculdade Intercultural Indígena (FAIND), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Docente permanente do Programa de Pós-graduação em Geografia, Faculdade de Ciências Humanas (FCH), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Docente colaborador no Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) campus Três Lagoas – MS. E-mail: rogeo@ymail.com/rodrigocamacho@ufgd.edu.br.

RESUMO: O objetivo desse artigo é discutir a relação das tecnologias com o processo de globalização e sua influência na formação de identidades territoriais locais, bem como o processo de formação dos movimentos socioterritoriais camponeses. Como metodologia foi feita uma reflexão teórica, sobretudo, a partir de dois autores Nibert Elias e Milton Santos. Dialogando com Nibert

Elias, nossa preocupação é pautada na homogeneização promovida pela globalização da contemporaneidade, que pode dissociar, desintegrar e desconfigurar as identidades nacionais, regionais ou locais, quando territorializadas verticalmente. Por meio de seus conceitos de identidade e poder discorreremos sobre as interações existentes entre a tecnização e seus avanços e retrocessos nos processos de civilização da humanidade. Com relação ao geógrafo Milton Santos, refletimos sobre a ciência, a técnica e a informação, sua relação espaço-tempo e local-global na interação com as territorialidades locais que é onde se finda as tecnologias de forma dialética e progressiva. É na relação espaço-tempo que as coordenadas básicas do sistema de representação das identidades territoriais dos camponeses se findam. Neste sentido, a partir do conceito de movimentos socioterritoriais, construído por Bernardo Mançano Fernandes, e de identidade territorial construído por Rogério Haesbaert, discutiremos a importância do território na formação da identidade camponesa e sua relação com a Educação do Campo.

PALAVRAS-CHAVE: Tecnologias, Local-Global, Identidades Territoriais Camponesas.

INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira é marcada por uma ampla diversidade de povos e culturas, mas nesta diversidade, as classes subalternas são segredadas. Por isso, é indispensável refletir sobre a diversidade e as classes sociais que marcam e se identificam em seus respectivos territórios. Para o recorte desse artigo falaremos especificamente das identidades territoriais no campo. O objetivo é discutir a relação das tecnologias com processo de globalização e sua influência na formação de identidades territoriais locais.

Como metodologia, na primeira parte, foi feita uma reflexão teórica, sobretudo, a partir de dois autores Nobert Elias (1993, 2001, 2006) e Milton Santos (1993, 1994, 1997, 1999, 2001, 2002, 2006, 2008) para explicar a relação das identidades territoriais locais com o processo de globalização tendo como elemento articulador a tecnologia. Também, a partir do conceito de movimentos socioterritoriais, construído por Bernardo Mançano Fernandes (2005, 2008, 2012), de território por Claude Raffestin (1993) e de identidade territorial construído por Rogério Haesbaert (1999, 2006), discutiremos a importância do território na formação da identidade camponesa e sua relação com a Educação do Campo.

Com relação ao geógrafo Milton Santos, ele nos auxilia a refletirmos sobre as tecnologias na relação espaço-tempo e sua influência na modificação dos territórios que é onde se finda as tecnologias de forma dialética e progressiva. Vivemos em um mundo globalizado fundado no meio técnico-científico-informacional. Todavia, não devemos entender a realidade local de maneira isolada/fragmentada, pois o espaço é uma totalidade, logo, o local está submetido à influência das relações globais. Principalmente, no atual período histórico onde a ciência, a técnica e a informação nos trouxeram um momento diferente para a humanidade (SANTOS, 2001), onde as relações socioeconômicas estão mundializadas. Destacamos, por isso, que não consideramos o local como um espaço isolado constituído de relações autônomas/independentes do espaço global, pois, dessa maneira, estaríamos construindo uma fragmentação espacial (STRAFORINI, 2004).

Estabelecendo um diálogo com Nobert Elias, refletiremos por meio de seus conceitos de identidade e poder e discorreremos sobre as interações existentes entre a tecnização e seus avanços e retrocessos nos processos de civilização da humanidade. Nossa preocupação é pautada na homogeneização promovida pela globalização da contemporaneidade, que pode dissociar, desintegrar e desconfigurar as identidades nacionais, regionais ou locais, quando territorializadas verticalmente. Sendo assim, nos constituímos identitariamente sob a influência desse período histórico marcado pelas tecnologias.

As identidades territoriais fazem parte da diversidade que forma o campo, mas que, necessariamente, se articulam a totalidade das relações sociais na globalização. Na relação parte/todo está contida a singularidade das partes. À Educação do Campo,

portanto, cabe compreender as especificidades do campo/campesinato no interior desta totalidade-mundo. Ela tem origem concomitante com a formação das identidades territoriais no campo. Logo, entender o território camponês é de suma importância para a construção de uma concepção de Educação do Campo adequada à lógica material e simbólica de reprodução da territorialidade do campesinato.

Na segunda parte do artigo fizemos uma reflexão a partir de uma experiência pedagógica ocorrida na disciplina “Geo-História e Territorialidades de Mato Grosso do Sul” no curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEDUC) da Faculdade Intercultural Indígena (FAIND), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) – MS, em que analisamos a repercussão e a metodologia de ensino-aprendizagem dessa experiência na formação profissional e humana dos futuros educadores do campo. A partir da leitura e discussão de textos que tratam das diferentes territorialidades presentes no campo de Mato Grosso do Sul (MS): quilombolas, indígenas, camponesa etc., os educandos puderam entender a importância da inserção dessa temática no currículo da licenciatura em Educação do Campo, bem como estabelecer diálogo entre seus saberes populares e os conhecimentos técnico-científicos.

AS TECNOLOGIAS E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DE DIFERENTES TERRITÓRIOS

Os seres humanos vivenciam o tempo e o espaço conforme sua época, de maneiras diferentes, dependendo de como as relações sociais se encontra organizada. Ao longo da história, a sociedade foi marcada por organizações diferenciadas mediadas pelas técnicas. Dentre estas, aquelas que medem o tempo de trabalho merece atenção especial, conforme nos explica Castells (2010) em seus escritos. Na modernidade capitalista, o tempo e a organização espacial ficam estritamente restritos a organização das relações produção e controle do trabalho humano. Com a chegada do uso do relógio houve uma organização mais rígida e disciplinar da vida em sociedade.

[...] A Organização do tempo, para as pessoas comuns era marcado pela recorrência do sol e da lua, pelos ciclos agrícolas e pelas estações, que traziam a percepção um padrão regular de sequenciamentos. Os relógios, solares, ofereciam um nível de medida, desde que estivesse fazendo sol, mas a fragmentação do tempo em unidades pequenas, precisas e contáveis, como horas e minutos, teve de esperar o advento da tecnologia mecânica. Enquanto não havia a necessidade de tal precisão, a sequência do tempo era vagamente percebida, como nas sociedades da idade média, para as quais as feiras marcavam a conjunção de produção agrícola e comércio, sociabilidade e festividades. Celebrações religiosas, muitas vezes associadas ao ciclo agrícola, também forneciam referências em uma acumulação indeterminada de experiências que não iam muito além da distinção entre o dia e a noite e da hora das refeições para aqueles que podiam comer mais de uma vez por dia. Tudo mudou com a invenção do relógio e a era industrial. A produção foi organizada em torno do controle do tempo, aperfeiçoando em última instância nas fábricas tayloristas de Henry Ford e Vladimir Ilitch. A jornada do trabalho definia o tempo e a vida. (CASTELLS, 1999, p.25).

Tivemos ao longo da história invenções tecnológicas que marcaram a humanidade para sempre. A primeira foi no século XVIII, com a chegada da máquina a vapor, e suas primeiras indústrias. Depois temos o segundo marco no século XIX, a descoberta da eletricidade, do motor de combustão, a invenção do telégrafo e do telefone. No final do século XIX para o século XX, tivemos as pesquisas científicas sobre a transmissão das ondas magnéticas, que logo engendrariam a invenção do rádio. Esses meios técnicos-científicos-informacionais marcaram os modos de reprodução econômica, social e cultural da modernidade (CASTELLS, 2010; SANTOS, 1997). Os Estados Unidos começam a expansão da comunicação pela necessidade de levar recursos tecnológicos para suas tropas de guerras, com o fim da guerra, houve a popularização desses rádios entre a população. Logo, após a primeira guerra mundial, os jornais impressos passam a ser realizados com o emprego de novas tecnologias e o rádio tem a função de transmitir o som, posteriormente temos o surgimento da TV, sendo revolucionária para sociedade (FERREIRA apud VILHALVA; SANTOS, 2016). Segundo Castells (2010, p. 415), após a Segunda Guerra Mundial, a Televisão tem capacidade revolucionária, pelo fato de transmitir som e imagens em preto e branco, ela veio com uma tecnologia diferencial e com intensidade para atingir geograficamente diversas cidades e suas regiões, sendo ela a “galáxia de comunicação”.

A mediação das relações sociais de produção pelas técnicas se faz necessário para o ser humano relacionar-se com a natureza a fim de transformá-la em seu benefício individual e, principalmente coletivo, mas na contemporaneidade, com o avanço das relações capitalistas de produção, este modelo está impondo aos indivíduos à necessidade de compreender um mundo em constante mudança. Não podemos deixar de mencionar que com o avanço do capitalismo, o “tempo vira dinheiro” (Time is Money) e a na medida em que o capital se movimenta, ele se globaliza na perspectiva da busca pela acumulação de capital trazendo consequências que interferem em toda a sociedade (CASTELLS, 2010; SANTOS, 2001). Uma das consequências e, simultaneamente, produto das tecnologias é a globalização.

O processo de globalização pode ser concebido como uma totalidade desigual e combinada. Devido ao desenvolvimento da técnica, da ciência e da informação, esse processo produz um período histórico diferente de tudo que a humanidade já vivenciou, pois, pela primeira vez, temos relações socioeconômicas unificadas mundialmente. Os fenômenos sociais, políticos e econômicos estão unificados planetariamente graças aos imperativos técnicos, científicos e informacionais. Por isso, o período atual se diferencia dos demais porque as possibilidades dadas pelas técnicas são universais em virtude da informação e da comunicação (STRAFORINI, 2004; CAMACHO, 2008). Por isso, segundo Santos (2001, p. 142): “para a maior parte da humanidade, o processo de globalização acaba tendo, direta ou indiretamente, influência sobre todos os aspectos da existência: a vida econômica, a vida cultural, as relações interpessoais e a própria subjetividade [...]”.

Essa atual fase da globalização é identificado por Vesentini (1995) como

“revolução técnico-científica”, principalmente, devido ao nível tecnológico que a diferencia da segunda revolução industrial, por exemplo, hoje a produção de softwares para computadores torna-se mais importante que a fabricação de hardwares.

[...] a robótica, a biotecnologia (em especial a engenharia genética), a microeletrônica, a química fina, as telecomunicações e as indústrias de novos materiais. São setores que utilizam muito mais - e dependem - (d) a ciência e (d) a tecnologia que aqueles outros, típicos da primeira ou da segunda revolução industrial. [...]. (VESENTINI, 1995, p. 9).

Devido ao avanço técnico-científico-informacional, sobretudo a internet, que trouxe a instantaneidade na comunicação global, as distâncias se encurtam, ficando mesmo a impressão que o mundo possa “[...] ter substancialmente ‘encolhido’. Desenhasse assim um mundo ‘sem fronteiras’, onde foi decretado o ‘fim das distâncias’. [...]”. (HAESBAERT, 2006).

Nobert Elias (2006) nos remete a pensar a questão da identidade em seu livro a “Sociedade dos Indivíduos”, a partir das relações intra e inter, ou seja, dentro e fora dos grupos sociais, podendo ser estas relações diversas: políticas, sociais e culturais. É através dos sentidos, uma relação advinda “de estar”, conforme vemos em Elias, que cada um se interliga, de alguma maneira, as relações da balança “nós e eu” e que optamos por possuir determinados vínculos sociais marcados historicamente. Ao longo de nossas vidas nós estamos envolvidos em diferentes grupos e dessa maneira nos comportamos de diferentes formas, levando em conta os espaços-tempos e sujeitos sintagmáticos envolvidos. Sendo assim, possuímos mais de uma identidade a partir do local que estamos inseridos. A identidade percorre tempos-espacos distintos com os sujeitos e pode se transformar nestas interações dependendo as mediações nas quais nos submetemos.

O sentido que cada um tem de sua identidade está estreitamente relacionado com as relações de ‘nós’ e ‘eles’ no nosso próprio grupo e com a nossa posição dentro dessas unidades que designamos ‘nós’ e ‘eles’. (ELIAS, 1991, p. 139).

Concordamos com Elias (1993) ao dizer que só criamos um fator identitário na relação com o outro indivíduo, são os laços constituintes com outros sujeitos que nos torna universal, produzindo ou não a civilização. Em sua obra “A Sociedade dos Indivíduos”, na primeira parte, ele explica que a partir de a balança (nós, eu), apresentamos influências e recorremos aos processos de identificação, sendo assim mudanças rápidas e constantes influenciarão os processos de transformação identitárias dos indivíduos. A ideia de identidade para os sujeitos tem de estar atrelada ao plural, pois possuímos contradições, somos sujeitos instáveis e ao juntarmos a questão das tecnologias, podemos dizer que somos até mesmo sujeitos transformadores, onde a redução de tempo e a aproximação das distâncias são os objetivos principais do momento. Sendo assim, nos constituímos identitariamente sob a influência desse

período histórico marcado pelas tecnologias.

Os sujeitos são compostos não apenas de uma, mas de diversas identidades que podem ser de gênero, classe, raça, etnia, nacionalidade, geração, territorialidade etc., dependendo do território onde se estabelecem as relações, uma pode predominar sobre as outras. Somos herdeiros de uma linguagem científica específica e, também, de um modelo específico de civilização que vem dos moldes europeus, isto tem um peso diferencial na questão dos processos civilizatórios, principalmente nos países colonizados, que adquiriram a língua e os costumes dos povos colonizadores. O indivíduo não sobrevive sem estabelecer relações com o outro, este fato vai se desdobrar na aquisição de uma identidade individualizada contextualizada no “eu” e uma segunda e coletiva pautada nas relações do “nós” que se constitui a partir de diversos grupos e da balança mediada pelas relações de poder. Para o autor, poder é “informação articulada e manipulada para se ter as mudanças nas relações sociais”. Ele trava uma luta por sobrevivência no espaço, sendo ele estrategicamente formulado para atender, conduzir, elevar, diminuir ou pautar as mais diversas posições que um indivíduo possa almejar (ELIAS, 1993).

Nossa preocupação é pautada na homogeneização promovida pela globalização da contemporaneidade, que pode dissociar, desintegrar e desconfigurar as identidades nacionais, regionais ou locais. O “meio técnico-científico-informacional” altera as relações espaciais acelerando o processo de globalização. Devido ao desenvolvimento da técnica, da ciência e da informação, esse processo produz um período histórico diferente de tudo que a humanidade já vivenciou, pois, pela primeira vez, as relações sociais foram unificadas mundialmente, criando o primeiro sistema global da humanidade. O efeito disso é o desencaixe dos antigos processos, relações, sujeitos, identidades e representações (SANTOS, 1993).

A fase atual da história da Humanidade, marcada pelo que se denomina de revolução científico-técnica, é frequentemente chamada de período técnico-científico [...]. Em fases anteriores, as atividades humanas dependeram da técnica e da ciência. Recentemente, porém, trata-se da interdependência da ciência e da técnica em todos os aspectos da vida social, situação que se verifica em todas as partes do mundo e em todos os países. (SANTOS, 1994, p.60).

Para Milton Santos (2008) existem duas ordens que determinam as relações espaciais. São elas, a razão global e a razão local. Em cada lugar elas se superpõem e, num processo dialético, se associam e se contrariam. Ao pensarmos na relação espaço-tempo, percebemos que estas são coordenadas básicas do sistema de representação. Estas relações produzem territórios em que se superpõem “vinculações horizontais e verticais” (SANTOS, 2006). As verticalidades ligadas aos agentes hegemônicos do capital globalizado e as horizontalidades ligadas à escala de territorialidade local.

As segmentações e partições presentes no espaço sugerem, pelo menos, que se admitam dois recortes. De um lado, há extensões formadas de pontos que se

agregam sem descontinuidade, como na definição tradicional de região. São as horizontalidades. De outro lado, há pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia. São as verticalidades. O espaço se compõe de uns e de outros desses recortes, inseparavelmente. É a partir dessas novas subdivisões que devemos pensar novas categorias analíticas. Enquanto as horizontalidades são, sobretudo, a fábrica da produção propriamente dita e o locus de uma cooperação mais limitada, as verticalidades dão, sobretudo, conta dos outros momentos da produção (circulação, distribuição, consumo), sendo o veículo de uma cooperação mais ampla, tanto econômica e politicamente, como geograficamente. (SANTOS, 2006, p.192, grifo do autor).

As verticalidades representam o poder hegemônico globalizado que tenta impor uma homogeneização das relações sociais locais, tornando-os obedientes aos imperativos hegemônicos globais. Representa o poder externo territorializado no local: “As verticalidades são vetores de uma racionalidade superior e do discurso pragmático dos setores hegemônicos, criando um cotidiano obediente e disciplinado”. (SANTOS, 2006, p.192).

No entanto, na contramão, as horizontalidades podem representar potencialmente processos contra-hegemônicos se houver a resistência aos processos verticalmente impostos pela globalização. Assim,

As horizontalidades são tanto o lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, quanto o da contrafinalidade, localmente gerada. Elas são o teatro de um cotidiano conforme, mas não obrigatoriamente conformista e, simultaneamente, o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta. (SANTOS, 2006, p.193).

Sendo assim, em tempos de globalização acentuada, como estes processos influenciam as identidades locais? Elias (1993) nos instiga a pensar a identidade a partir das multiplicidades de grupos identitários dotados de valores envolvidos nas disputas conflitantes entre as antigas e as novas estruturas sociais que modificam constantemente os indivíduos com o tempo. A busca de “poder” e “posição” em determinadas relações humanas, é a peça chave das tensões sociais. Ao pensarmos em identidade, refletimos a partir das articulações conflitantes entre as relações políticas, econômicas, culturais e sociais que se apresentam no local e no global numa determinada escala temporal. Vemos uma articulação entre estas duas escalas e suas transformações engendram novas identidades não fixas e, sim, instáveis e flexíveis que vai sempre distanciar os sujeitos do núcleo rígido de suas referências. Estas mudanças nas relações entre indivíduos no espaço são peças-chaves essenciais para constituição de novas identidades e relações de pertencimento e adaptação (SANTOS, 1993; ELIAS, 1993).

No que concerne às relações sociais, segundo Elias (1993), elas podem se transformar, recriar. Nós possuímos hábitos e costumes, conforme nossa região de origem, porém ao longo de nossas vidas, esse território ao sofrer mudanças, automaticamente influencia-nos para novas relações que nos constituem como

indivíduos no interior dos processos civilizadores, e isso é transmitido por diversas gerações livremente.

As redes produzidas pelo meio técnico-científico-informacional, muito vêm a contribuir na modificação dos territórios. Estas mudanças podem trazer aspectos impactantes no cotidiano das pessoas, principalmente, mediados pelo processo de informatização do território. É no território que se finda e se renova as informações produzidas num determinado tempo e espaço, por isso, devemos levar em conta essa interconexão das informações possibilitadas pelas tecnologias.

As ações políticas geradas pelos interesses em comum das classes sociais e reproduzidas em rede, podem constituir um movimento de contraponto as verticalidades da globalização. Um exemplo desse movimento é mídia local (jornais, rádio, televisão), na qual as “forças oriundas do local, das horizontalidades, se antepõem às tendências meramente verticalizantes” (SANTOS, 2006).

A CONSTITUIÇÃO DAS IDENTIDADES TERRITORIAIS NO CAMPO E DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS CAMPONESES

*Minha identidade
é camponesa moro
nesse sertão e junto
com a natureza.
No campo é bom
com viver, por isso,
moro lá com a
esperança de poder
vencer.
A vida no campo,
é plantando trabalhando
e cultivando¹.*

Para conceituar os movimentos sociais vamos utilizar a definição de Maria da Glória Gohn, que afirma que os movimentos sociais são “[...] ações sócio-políticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil”. (1997, p. 251). Suas ações se estruturam a partir de conflitos e disputas na sociedade. Estas ações criam uma identidade coletiva de interesses político-cultural comuns ao grupo organizado em espaços não-institucionalizados. Estes sujeitos interferem de maneira direta nas transformações ou na manutenção da ordem vigente dependendo da ideologia que seguem: progressista ou reacionária.

De acordo com Bernardo Mançano Fernandes, podemos nomear de movimentos socioterritoriais aqueles movimentos que tem o *território como trunfo* e, principalmente,

1 Juventude no Campo: Identidade, Cotidiano e Vida. Floriano dos Santos Filho.

quando o *território é essencial para a reprodução material e simbólica* dos sujeitos que estão lutando. Porque “[...] os movimentos socioterritoriais têm o território não só como trunfo, mas este é essencial para sua existência. [...]”. (FERNANDES, 2005, p. 21). Como é o caso, no campo, dos camponeses, indígenas, quilombolas, ribeirinhos etc. que não se reproduzem, enquanto classe ou grupo social, sem o seu território. Por isso, Ruy Moreira (2012)² tem denominado estes sujeitos da vanguarda revolucionária latino-americana de *classes territoriais*.

Os sujeitos que constroem estes movimentos socioterritoriais são dotados de *identidade territorial*: “[...] toda identidade territorial é uma identidade social, definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das ideias quanto no da realidade concreta, o espaço geográfico constitui assim parte fundamental dos processos de identificação social [...]”. (HAESBAERT, 1999, p. 172). Desse modo, a luta pelo território passa, necessariamente, além da busca pela manutenção material de sua classe, pela valorização simbólica desse território. Tendo em vista que não existe nenhum território que não tenha algum tipo de valoração simbólica desse espaço pelos seus habitantes. Toda a dinâmica de construção identitária desses sujeitos se dá de modo inerente ao território apropriado pelos mesmos (HAESBAERT, 1999, 2006; CAMACHO, 2014).

Os sujeitos dos movimentos socioterritoriais têm a necessidade de lutarem pela conquista territorial para continuarem existindo. Se formos pensar esses movimentos sociais “no campo e na floresta, os movimentos socioterritoriais são predominantemente movimentos camponeses, movimentos camponeses-indígenas e movimentos indígenas em luta pela terra e pelo território. [...]”. (FERNANDES, 2005, p. 22, grifo nosso). A possibilidade de pensarmos o território como um trunfo vem das interpretações sobre o território de Claude Raffestin (1993). O trunfo pode ser entendido, segundo Aurélio Buarque de Holanda em seu dicionário de Língua Portuguesa, como sendo a “vantagem que permite ou propicia a vitória em luta, discussão, negócio, etc.”. Por esta definição vemos a importância do território para as disputas que ocorrem no campo. Assim, não obstante todos os movimentos sociais necessitem do espaço para se reproduzir, apenas para alguns o território é um trunfo. Esta é a diferença entre os movimentos que são apenas sociais ou socioespaciais e os movimentos que são socioterritoriais (FERNANDES, 2005).

Corroborando com nossa reflexão, para Marcelo Lopes de Souza os movimentos sociais possuem práticas de lutas que são espaciais, bem como suas ações de resistência, são ações de territorialização. Em suas palavras, os:

[...] verdadeiros movimentos sociais e emancipatórios, ambiciosos e dotados de um poderoso horizonte crítico. Se examinarmos suas práticas, veremos que muitas ou quase todas são, em sentido forte, práticas espaciais; se examinarmos suas

2 Informação Verbal: Aula Magna - Tema: “Século XXI – Final dos Tempos e o Destrutivismo Imanente da Sociedade do Capital: Desafios Epistemológicos para a Geografia e Necessidades Emancipatórias”. Data: 28/03/2012. Local: UNESP – Campus de Presidente Prudente.

ações de resistência, verificaremos que elas são, quase sempre, também ações de territorialização. [...]. (2009, p. 67, grifo nosso).

Podemos considerar que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um movimento *socioterritorial territorializado*, pois além de lutar pela conquista de um território, tem a capacidade de organização em rede, por isso, constroem nessa luta territórios relacionais/fluxos/móveis/descontínuos³, com estratégias e ações políticas que ultrapassam o nível de escalaridade local. Esses territórios, por serem formados em rede, têm como características: a mobilidade, a fluidez e a descontinuidade. Mas, os movimentos socioterritoriais, também, produzem territórios fixos⁴, como os *assentamentos camponeses*, as pequenas propriedades camponesas, as aldeias indígenas, os territórios quilombolas etc., *desterritorializando o capital* nestes espaços que são apropriados materialmente e culturalmente por estes sujeitos (FERNANDES, 2005).

Claude Raffestin, ao discutir os trunfos do poder, considera como trunfos do poder: a população, os recursos naturais e o território. Mas, diz que, dentre os trunfos do poder, o território tem uma particularidade, por conter diversas dimensões e ser um espaço político, por isso, espaço de disputa de trunfos também. Em suas palavras: “[...] o território é um trunfo particular, recurso e entrave, continente e conteúdo, tudo ao mesmo tempo. O território é o espaço político por excelência, o campo de ação dos trunfos. [...]”. (1993, p. 59-60).

Milton Santos afirma que “[...] o território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas [...]”. (2002, p. 9). Para o autor, o território é o espaço onde todas as ações humanas acontecem, ou seja, é o espaço onde ocorre a reprodução material e simbólica do ser humano. Em suas palavras: “[...] o território é o lugar em que se desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, *onde a história do homem plenamente se realiza* a partir das manifestações da sua existência. [...]”. (2002, p. 11, grifo nosso). Em síntese, para Milton Santos, o território é o espaço de todas as produções/ações humanas, é o lugar de todos os sujeitos, de todas as empresas e de todas as instituições. “[...] O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida”. (2002, p.11).

A particularidade na discussão de Milton Santos está na ênfase dada ao *uso do território*, que em sua concepção está relacionada com a *identidade* dos sujeitos que pertencem ao território. Em suas palavras: “o território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o *chão mais a identidade*. A identidade é o sentimento de pertencer aquilo que nos pertence. [...]”. (2002, p. 10,

3 Para Bernardo Mançano Fernandes, o território relacional pode ser considerado como o “terceiro território”. Sendo este território “[...] formado por diferentes espaços que são controlados por relações de poder. Estes são territórios fluxos ou móveis controlados por diferentes sujeitos e são produzidos nos territórios fixos do primeiro e do segundo território”. (FERNANDES, 2008, p.8).

4 Fixos, mas também, multidimensionais e multiescalares.

grifo nosso). Para ele, o território é uma *totalidade complexa* formada de relações, ao mesmo tempo, *solidárias e conflitivas*.

O território usado constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes. Daí o vigor do conceito, convidando o pensar processualmente as relações estabelecidas entre o lugar, a formação socioespacial e o mundo. O território usado, visto como uma totalidade, é um campo privilegiado para a análise na medida em que, de um lado, nos revela a estrutura global da sociedade e, de outro lado, a própria complexidade do seu uso. (apud HAESBAERT, 2006, p.59, grifo nosso).

Ou seja, “*os territórios são formados no espaço geográfico a partir de diferentes relações sociais. O território é uma fração do espaço geográfico e/ou de outros espaços materiais ou imateriais. [...]*”. (FERNANDES, 2005, p. 16, grifo nosso). Segundo Bernardo Mançano Fernandes, apesar de o espaço anteceder o *território, espaço e território se relacionam de maneira dialética*. O espaço nunca é destruído, ao contrário do território, que é construído e destruído pela sociedade e em suas disputas. Estes são, concomitantemente, produto das relações sociais, bem como, condição para a realização dessas relações sociais. Por isso, a produção de espaços e de territórios se dá de maneira histórica e dialética, ou seja, por meio *do conflito, da contradição e da solidariedade*. Em suas palavras:

São as relações sociais que transformam o espaço em território e vice e versa, sendo o *espaço um a priori e o território um a posteriori. O espaço é perene e o território é intermitente*. Da mesma forma que o espaço e o território são fundamentais para a realização das relações sociais, estas produzem continuamente espaços e territórios de formas contraditórias, solidárias e conflitivas. Esses vínculos são indissociáveis. (2005, p. 16, grifo nosso).

Nessa mesma perspectiva, Marcos Aurélio Saquet tem feito uma leitura sobre o território no sentido de “[...] construir uma *abordagem histórica, relacional e multidimensional-híbrida do território e da territorialidade [...]*”. (2009, p. 74, grifo do autor). Essa abordagem tem como objetivo tentar entender o território na interdependência de toda sua multidimensionalidade *material e imaterial*. Em suas palavras: “[...] O caráter *material e imaterial* do território e da territorialidade requer, evidentemente, uma abordagem que reconheça a unidade entre essas dimensões ou entre as *dimensões da economia-política-cultura-natureza (E-P-C-N)*”. (SAQUET, 2009, p.74, grifo nosso).

Podemos dizer que todas as relações humanas acontecem no território, por isso, a territorialização é uma relação inerente ao ser humano. Ou seja, à *dimensão espacial e a territorialidade são componentes indissociáveis da condição humana* (HAESBAERT, 2006). Por isso, as identidades territoriais são produto/produzoras de territorialidades. A territorialidade é o conjunto das práticas dos sujeitos em relação à realidade material. É o resultado da soma das relações estabelecidas pelo ser humano

com o território (a exterioridade) e entre os próprios seres humanos (a alteridade). (DEMATTEIS apud SAQUET, 2007). Pelo fato de a vida ser tecida pelas relações sociais, a “[...] a territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que originam um sistema tridimensional sociedade – espaço – tempo [...]”. (RAFFESTIN, 1993, p.160). Nesta perspectiva, a territorialidade é a “soma’ das relações mantidas por um sujeito com o seu meio, não se trata de uma soma matemática, mas de uma totalidade de ações biossociais em interação”. (RAFFESTIN, 1993).

Todavia, pelo fato de estarmos inseridos em relações globais, onde se entrecruzam racionalidades locais-globais, horizontalidades-verticalidades, podemos dividir as territorialidades em duas: 1 - territorialidades autônomas (SOUZA, 2009), produzidas horizontalmente, produtoras de ações contra-hegemônicas; 2- territorialidades heterônomas (SOUZA, 2009), produzidas verticalmente por agentes externos hegemônicos no processo de globalização. Por isso, defendemos as territorialidades autônomas, como as camponesas, que podem “[...] refortalecer horizontalmente, reconstruindo, a partir das ações localmente constituídas, uma base de vida que amplie a coesão da sociedade civil, a serviço do interesse coletivo”. (SANTOS, 2006, p. 194), constituindo “contingências da existência comum, no espaço da horizontalidade”. (SANTOS, 2006, p. 195).

Neste processo de relações interdependentes envolvendo os pares dialéticos, local/global, verticalidades/horizontalidades e hegemonia/contra-hegemonia, é que se finda as territorialidades camponesas. A identidade territorial camponesa é, assim, formada pelo “chão mais a identidade camponesa”. O território camponês é o espaço de vida do camponês, é uma unidade de produção e consumo familiar e, concomitantemente, o local de residência da família, que contribui com a maior parte da produção de alimentos saudáveis, consumidos pelas populações rurais e urbanas. O território camponês é o sítio, o lote, a propriedade familiar, assim como também é a comunidade, o assentamento. A relação social que constrói esse espaço é o trabalho familiar, associativo, comunitário, cooperativo, para o qual a reprodução da família é fundamental (FERNANDES, 2012).

A maneira particular com a qual o camponês se relaciona com a sociedade, a partir da combinação de vários elementos, lhes dá uma condição social que nos permite identificá-lo como um “modo de vida”.

A cultura camponesa é aqui entendida como um conjunto de práticas, valores e significados definidos em seu movimento de reprodução, o qual enfrenta oposição de outros grupos ou classes sociais. [...]. O modo de vida é a forma como um determinado grupo social ou comunidade de manifestam a sua cultura. (MARQUES, 2004, p. 153).

O campesinato é marcado pela flexibilidade de adaptação com a finalidade de reproduzir material e culturalmente, o seu modo de vida. Este modo de vida camponês não é tipicamente capitalista, pois não tem como fundamento principal a acumulação,

mas sim a ajuda mútua, característica que marca as comunidades camponesas. O princípio fundamental do campesinato é a reprodução material e cultural familiar, por meio da produção para subsistência e a venda do excedente dessa produção. Apesar de cada cultura possuir categorias centrais específicas, com relação aos camponeses existem categorias nucleantes que são notadas em todas as sociedades camponesas. Estas categorias são: terra, família e trabalho. Isto significa que no que concerne ao campesinato não é possível pensar estas categorias de maneira independente, pois uma complementa a outra. Esta é a diferença de quando encontramos estas mesmas categorias comuns em culturas urbanas. Fazendo, deste, então, um modo de vida específico. Nas sociedades modernas-capitalistas, terra, família e trabalho são categorias pensadas separadamente. São pensadas em si mesmas. A terra não tem relação com a família e com o trabalho, tendo em vista que a mesma é uma coisa ou mercadoria. Enquanto as sociedades camponesas formam um modelo relacional entre estas categorias. Por isso, elas se constituem enquanto um modo de vida não-capitalista (OLIVEIRA, 1986; WOORTMANN, 1990; SHANIN, 2008; ALMEIDA; PAULINO, 2010; CAMACHO, 2014).

A afirmação da identidade territorial camponesa se faz necessário devido ao fato de que é preciso frisar que, apesar de o capitalismo ter decretado que na sociedade moderna o urbano-industrial é o lócus de seu desenvolvimento, não existe uma cultura superior na cidade (CAMACHO; FERNANDES, 2017). Considera-se que as culturas “[...] têm suas singularidades, seus significados, que se exprimem com suas linguagens, gestos significados e artefatos próprios, sem, no entanto, ser superiores uma às outras, a não ser por imposição de uma cultura que se faz hegemônica pelas relações de poder”. (BATISTA, 2007, p. 187).

As identidades territoriais fazem parte dessa diversidade que forma o campo, mas que, necessariamente, se articulam a totalidade das relações sociais que é a luta de classes no capitalismo globalizado urbano-rural. Na relação parte/todo está contida a singularidade das partes. O território camponês está articulado com a cidade, com regional e com o global. Esta relação se expressa por meio de uma (multi) territorialidade/escalaridade. À Educação do Campo, portanto, cabe compreender as especificidades do campo/campesinato no interior da totalidade do modo de produção capitalista. Assim, a compreensão da relação entre o *geral*, o *singular* e o *específico*, a partir do materialismo dialético, permite articular a diversidade do campo sem a perda da totalidade social (CAMACHO; FERNANDES, 2017).

O modo de vida e a identidade territorial camponesa são partes integrantes do projeto educativo dos camponeses. A Educação do Campo é o resultado da luta do campesinato, bem como, dialeticamente, é um dos instrumentos de sua luta. Foi construída como uma forma de resistência. Por isso, forma um conjunto de procedimentos socioeducativos que objetivam a resistência material e cultural camponesa. (CALDART, 2005; CAMACHO, 2014).

A Educação do Campo tem origem concomitante com a formação das identidades

territoriais no campo. A conquista e a resistência nestes territórios permitem a criação e a reprodução da Educação do Campo. Logo, entender o *território camponês* é de suma importância para a construção de uma concepção teórica-política-ideológica de Educação do Campo adequada a lógica material e simbólica de reprodução da *territorialidade do campesinato*, e que contribua em seu processo de resistência.

Todavia, para a existência dos territórios camponeses e para a territorialização da Educação do Campo, também, se faz necessário *romper com a lógica capitalista de produção*. Este é o ponto central da discussão da Educação do Campo pensada a partir da lógica dos movimentos socioterritoriais camponeses. A territorialização da Educação do Campo está em constante conflito/disputa com a territorialização do capital monopolista no campo (agronegócio). A territorialização do capital, concentrando a terra, desterritorializa os camponeses de suas terras. Assim, neste processo de territorialização da Educação do Campo, estão intrínsecas a concepção de resistência e de ruptura ao capital no campo.

A territorialização da Educação do Campo é produto e, concomitantemente, instrumento da luta dos movimentos socioterritoriais camponeses e, portanto, a territorialização de um significa, também, a territorialização do outro. A territorialização camponesa é o enfrentamento aos territórios do agronegócio, logo, o projeto de Educação do Campo é projeto de luta de classes, da classe camponesa contra a classe dos empresários do agronegócio. Para Caldart (2004), a Educação do Campo é pensada a partir de uma perspectiva de classe e da experiência político-pedagógica dos movimentos socioterritoriais camponeses.

GEO-HISTÓRIA E TERRITORIALIDADES EM MATO GROSSO DO SUL

Em Mato Grosso do Sul temos uma demanda clara de formação específica de docentes no estado para atuarem no campo. Isto justifica a oferta do Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEDUC) na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), enquanto uma política pública focal que tem como base legal nacional a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), no em seu artigo 28, e o Conselho Nacional de Educação. Em Mato Grosso do Sul esses preceitos legais se embasam nas Diretrizes Operacionais (RESOLUÇÃO/SED n. 2.501, de 20 de dezembro de 2011), que propõe uma parte diversificada da matriz curricular no ensino fundamental e médio para escolas do campo, e um calendário escolar com tempos e espaços pedagógicos específicos em alternância (tempo escola e tempo comunidade). O Grau acadêmico conferido na LEDUC é de Licenciado em Educação do Campo com Habilitação em Ciências da Natureza ou Licenciado em Educação do Campo com Habilitação em Ciências Humanas (UFGD, 2014).

O Projeto Pedagógico Curricular (PPC) do curso traz como princípios: a “Pedagogia da Alternância”, a organicidade com os movimentos socioterritoriais camponeses e o contexto local. A perspectiva teórico-metodológica tem como base as experiências

de Educação Popular embasadas, principalmente, na Pedagogia Freireana, que trazem como preocupação pedagógica o vínculo às comunidades camponesas, e os conhecimentos pedagógicos locais como ponto de partida do processo formativo, estabelecendo-se, assim, uma relação dialógica com o saber técnico-científico. O PPC também traz a preocupação do desenvolvimento territorial com sustentabilidade no campo em todas as suas dimensões: ambiental, econômica, política, cultural e social em oposição ao modelo de desenvolvimento econômico hegemônico (UFGD, 2014). Os objetivos do curso são:

Formar licenciados/as em Ciências da Natureza e Ciências Humanas com uma sólida formação humanística, que sejam capazes de atuar como profissionais críticos/as da realidade multidimensional da sociedade brasileira, do processo educacional e nas organizações dos movimentos sociais, habilitando-os/as a produzir conhecimentos que resultem em práticas de docência, lideranças de movimentos sociais, pesquisas e intervenções sócio educacionais.

Fortalecer a educação e a possibilidade de ação qualificada no campo de Mato Grosso do Sul, com conhecimentos teórico-metodológicos voltados às especificidades, às necessidades e ao desenvolvimento sustentável do campo para a conquista de melhorias na qualidade de vida.

A disciplina “Geo-História e Territorialidades de Mato Grosso Do Sul”, tem como objetivo compreender os processos Geo-Históricos e os diálogos e conflitos de territorialidades diversas em Mato Grosso do Sul. Pretendemos construir com os estudantes o entendimento das diferentes territorialidades existentes no campo em Mato Grosso do Sul, com destaque para camponeses (tradicionais e assentados da reforma agrária), quilombolas e indígenas, e suas conflitualidades com o desenvolvimento do capital no campo sob a forma do agronegócio.

A metodologia foi aula expositiva e dialogada; leitura e discussão de textos; debates em grupos a partir de textos lidos; sistematização de ideias a partir de produção textual e de imagens; debate a partir de documentários; slides com imagens e fotos; leitura e interpretação de mapas, gráficos e tabelas.

Com relação às aulas expositivas e dialogadas, lemos e debatemos em sala de aula a questão da geo-história e territorialidades de MS a partir de alguns textos principais. A seguir, vamos relatar quais eram os textos e que discussões relevantes traziam para contribuir com a formação dos educadores do campo.

A partir dos livros “(Re) criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o habitus de classe” (ALMEIDA, 2006) e “A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar” (ALMEIDA, 2008), pudemos discutir a construção do território Sul-mato-grossense a partir do debate da **Questão Agrária**. Entender como ocorreu o início da luta camponesa pela terra no estado que deram origem aos assentamentos. Nestes textos, muitos estudantes se identificaram como parte do processo. Muitos participaram destas lutas ou seus pais fizeram parte do mesmo.

Alguns sujeitos das pesquisas são conhecidos ou familiares dos estudantes da LEDUC. Entender a Geo-História do estado por meio da luta dos movimentos socioterritoriais camponeses contra o latifúndio e pela construção seus territórios, dá elementos para os estudantes entenderem o campo na perspectiva da Educação do Campo.

Com os textos de Melo e Nardoque (2014), “As manifestações em Mato Grosso do Sul e a relação campo-cidade” e de Camacho (2012), “A Insustentabilidade Social e Ambiental do Agronegócio: a Territorialização do Complexo Celulose-Papel na Região Leste de Mato Grosso do Sul”, discutimos o campo Sul-mato-grossense na atualidade. Como que a territorialização do agronegócio (cana, soja e eucalipto) tem se sobreposto a outros modos de vida (indígenas, camponeses e quilombolas) e tem impactado estas comunidades de diferentes maneiras, seja pelo uso dos agrotóxicos, matando plantas, animais, contaminando a água e afetando a saúde das pessoas, ou pela superexploração do trabalho. E, por outro lado, como que estes sujeitos têm resistido e se manifestado contra a territorialização do agronegócio no estado, e pela construção dos territórios não capitalistas: da vida, do trabalho, da cultura, da educação, da economia solidária, da agroecologia etc.

Com relação à **Questão Indígena** trabalhamos com os textos do Antonio Brand (2004), “Os complexos caminhos da luta pela terra entre os Kaiowá e Guarani no MS”; Brand et al. (2005), “Território e Sustentabilidade entre os Kaiowá e Guarani no Mato Grosso do Sul” e o Documentário: “À Sombra de um Delírio Verde”. Discutimos o processo de perda dos territórios dos Guarani e Kaiowá e, conseqüentemente, seu confinamento em reservas, e, atualmente, suas lutas pela retomada dos seus territórios tradicionais. Buscamos compreender os impactos que estes sujeitos sofreram historicamente com a territorialização do latifúndio e do agronegócio e os conflitos territoriais envolvidos neste processo: perdas de seus territórios, mudanças em seu modo de vida, violência sofrida na luta pelas retomadas: ameaças de morte e assassinatos das lideranças etc.

Com o texto, “A Invisibilidade das Comunidades Quilombolas de Mato Grosso do Sul” (SOUSA, 2016) e a notícia “INCRA reconhece área da comunidade quilombola Picadinha/MS” (2016), discutimos a **Questão Quilombola** no Estado. Buscamos entender historicamente o direito territorial destes povos e como a constituição federal lhes assegura o direito a terra. Todavia, ressaltamos o não reconhecimento destes sujeitos por parte da sociedade, ainda que estejam tão próximos a nós, como o território quilombola Picadinha que está localizado cerca de 10 km do campus II da UFGD.

Como atividade avaliativa, cada grupo apresentou em forma seminário a história de formação do seu território: assentamento ou aldeia e sua condição atual: educação, produção agrícola, problemas estruturais, cultura, meio ambiente etc. Com este seminário, os educandos puderam compartilhar informações a respeito de onde moram, comparando as diferenças e semelhanças no que diz respeito ao processo histórico de formação, organização territorial, paisagem, conflitos e os desafios na atualidade para superação das problemáticas sociais e ambientais inerentes a sua

realidade. Também, puderam entender-se enquanto sujeitos produtores de seus próprios territórios, assim como seus futuros educandos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que a perspectiva de leitura da realidade sob o prisma espacial/territorial traz muitas contribuições para o entendimento das identidades territoriais que resistem sob o modo de produção capitalista dentro dos mais diversos territórios indígenas, camponeses e quilombolas.

É necessário frisarmos que o capitalismo territorializado no campo, significa o fim dos camponeses e dos indígenas enquanto classe e/ou grupo social territorializado. Por isso, as permanências dos sujeitos no campo pressupõem a sua resistência ao modelo globalizado hegemônico.

Entendemos que os movimentos camponeses, indígenas e quilombolas são movimentos socioterritoriais territorializados. Ou seja, movimentos sociais que lutam pela conquista dos seus territórios e que tem a capacidade de organização em rede, com estratégias e ações políticas que ultrapassam o nível de escolaridade local.

Pelo fato da Educação do Campo ser uma Educação Territorial (FERNANDES, 2008), significa que esta educação está diretamente relacionada com a perspectiva de criação de territórios a partir de uma “lógica camponesa”, onde os mesmos sejam os sujeitos da produção de suas territorialidades marcadas pelas suas vontades, capacidades, emoções, necessidades etc.

A disciplina “Geo-História e Territorialidades de Mato Grosso Do Sul”, que teve como objetivo compreender os processos Geo-Históricos e os diálogos e conflitos de territorialidades diversas em Mato Grosso do Sul, pretendeu construir com os estudantes o entendimento das diferentes territorialidades existentes no campo em Mato Grosso do Sul, com destaque para camponeses (tradicionais e assentados da reforma agrária), quilombolas e indígenas, e suas conflitualidades com o desenvolvimento do capital no campo sob a forma do agronegócio. Propiciando aos futuros educadores do campo compreender diferentes problemáticas presentes no campo para pensar os projetos político-pedagógicos das escolas do campo, por isso, a importância da inserção dessa temática no currículo do Curso de Licenciatura em Educação do Campo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida (Org.). **A questão agrária em Mato grosso do Sul: uma visão multidisciplinar**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2006.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida (Org.). **A questão agrária em Mato grosso do Sul: uma visão multidisciplinar**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2006.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; PAULINO, Eliane Tomiasi. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

BATISTA, Maria do Socorro Xavier. Movimentos sociais e educação popular do campo (Re) constituindo Território e a Identidade Camponesa. In: JEZINE, Edineide; ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. (Orgs.). **Educação e movimentos sociais: novos olhares**. Campinas: Alínea, 2007. p. 169-190.

BRAND, Antonio. Os complexos caminhos da luta pela terra entre os Kaiowá e Guarani no MS. **Revista Tellus**, Campo Grande, ano 4, n. 6, p. 137-150, abr. 2004.

BRAND, Antônio Jacó; COLMAN, Rosa Sebastiana; SIQUEIRA, Eranir Martins. Território e Sustentabilidade entre os Kaiowá e Guarani no Mato Grosso do Sul. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH, 23, Londrina, 2005. **Anais...** Londrina: ANPUH, 2005.

BRASIL. INCRA. **INCRA reconhece área da comunidade quilombola Picadinha/MS**. 02 jan. 2015. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/noticias/incra-reconhece-area-da-comunidade-quilombola-picadinhams>>. Acesso em: 01 jun. 2017.

CALDART, Roseli Salete. Elementos para a construção de um projeto político e pedagógico da educação do campo. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia M. S. A. de (Org.). Por uma educação do campo: contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. Brasília, DF: Articulação Nacional: **"Por Uma Educação do Campo"**, 2004. p. 13-53. (Por uma Educação do Campo, 5).

CALDART, Roseli Salete. **Momento atual da educação do campo**. Disponível em: <<http://www.nead.org.br/artigodomes/imprime.php?id=27>>. Acesso em: 02 jul. 2005.

CAMACHO, Rodrigo Simão. A Insustentabilidade Social e Ambiental do Agronegócio: a Territorialização do Complexo Celulose-Papel na Região Leste de Mato Grosso do Sul. **Revista Científica ANAP Brasil**, v.5, p.01 - 18, 2012.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **O ensino da geografia e a questão agrária nas séries iniciais do ensino fundamental**. 2008. 462 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana, 2008.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Paradigmas em disputa na educação do campo**. 2014. 806 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2014. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/14/dr/rodrigo_camacho.pdf>.

CAMACHO, Rodrigo Simão; FERNANDES, Bernardo Mançano. Crítica a crítica ao paradigma da educação do campo. **Práxis Educacional (Online)**, n. 26, v.13, p.49 - 73, 2017.

CASTELLAR, Sônia; VILHENA, Jerusa. **Ensino de Geografia** São Paulo: Cengage Learning, 2011. (Coleção ideias em ação).

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: a era da informação: economia sociedade e cultura**. 13. reimp. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

CASTELLS, Manuel. Prefácio. In: _____. **A sociedade em rede**. 6. ed. Tradução de Roneide Venancio Majer. Atualização: Jussara Simões São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 35-43. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 1).

ELIAS, Norbert. **Escritos e Ensaios: 1- Estado, processo, opinião pública**. Organização e Apresentação: Federico Neiburg e Leopoldo Waizbort Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: formação do Estado e Civilização**. vol. 2, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. (Vol. 2).

ELIAS, Norbert. **A solidão dos moribundos**. Rio de Janeiro/RJ: Jorge Zahar, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano Fernandes. Território Camponês. In: CALDART, Roseli Salete et al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 744-748.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do Território. In: PAULINO, Eliane T.; FABRINI, João E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, Presidente Prudente: Unesp, ano 8, n. 6, p. 14 – 34, jan./jun. 2005.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeni. (Orgs.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1999. p. 169 - 189.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” a multiterritorialidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

MARQUES, Marta Inês Medeiro. Lugar do modo de vida tradicional na modernidade. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U. de; MARQUES, Marta Inês Medeiros (org.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa amarela; Paz e Terra, 2004, p. 145-164.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês, **Revista Nera**, Presidente Prudente: Unesp, ano 11, n. 12, p. 57-67, jan./jun. 2008.

MELO, Danilo Souza; NARDOQUE, Sedeval. As manifestações em Mato Grosso do Sul e a relação campo-cidade, **Boletim DATALUTA**, Presidente Prudente, NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, n. 73, jan. 2014.

NASCIMENTO, Grazielly Vilhalva Silva do; SANTOS, Reinaldo dos. **Educação, inclusão e Tic's: legendas e janela de libras como recurso para inclusão da pessoa surda**, São Leopoldo: OIKOS, 2016.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Da geografia às geo - grafias: um mundo em busca de novas territorialidades**. Buenos Aires: Clacso, 2002.

RAFFESTIN, Claude. O que é o território. In:_____. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. p. 143-158.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção** 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006. (Coleção Milton Santos; 1).

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

- SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Editora da Universitária de São Paulo, 2008. (Coleção Milton Santos, 07).
- SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: **Território-Territórios**. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense – Associação dos Geógrafos Brasileiros. Niterói, 2002. p. 9-15.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.
- SAQUET, Marcos A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-95.
- SHANIN, Teodor. Lições camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. (Orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular; Presidente Prudente: Unesp - Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008. p. 23-29. (Geografia em Movimento).
- SOUSA, Nayhara Almeida de. **A Invisibilidade das Comunidades Quilombolas de Mato Grosso do Sul**. Disponível em: <<http://geraaufms.blogspot.com.br/2013/04/a-invisibilidade-das-comunidades.html>>. Acesso em: 01 jun. 2016.
- SOUZA, Marcelo Lopes. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Aurélio Marcos; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 57-73.
- STRAFORINI, Rafael. **Ensinar geografia: o desafio da totalidade-mundo nas séries iniciais**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2004.
- VESENTINI, José Willian. O ensino da geografia no século XXI. **Caderno prudentino de geografia: geografia e ensino**, Presidente Prudente: AGB, n. 17, p. 05-19, 1995.
- WOORTMANN, Klaas. Com parente não se negocia: o campesinato como ordem moral. **Anuário antropológico**, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, n. 87, p. 11-73, 1990.

SOBRE A ORGANIZADORA

Thaislayne Nunes de Oliveira: Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (2013), com especialização na modalidade Residência Multiprofissional em Saúde Pública pelo Hospital Universitário Antônio Pedro (2015). Em 2017 se tornou Mestre em Política Social pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense. E inicia Doutorado no mesmo programa e universidade em 2018, pesquisadora e bolsista vinculada a Coordenação de Aperfeiçoamento da Pesquisa de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na área de concentração Avaliação de Políticas Sociais e linha de pesquisa Avaliação de Políticas de Seguridade Social. Atualmente tem se dedicado a pesquisa com mulheres com câncer de mama, buscando identificar a trajetória do cuidado em saúde e aspectos que podem influir no acesso ao diagnóstico, tratamento e recuperação da doença. Possui experiência profissional na Previdência Social e na Assistência Social, e atualmente é Assistente Social na área da Saúde vinculada ao Núcleo de Apoio à Saúde da Família, no município do Rio de Janeiro. Atua ainda como palestrante em diversas atividades realizadas pela própria Prefeitura e também pela Universidade Estácio de Sá. A autora possui experiência nas áreas: direitos sociais, políticas públicas, seguridade social, envelhecimento, violência, rede socioassistencial, entre outros.

ÍNDICE REMISSIVO

C

Campo 7, 8, 9, 10, 11, 21, 36, 37, 38, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 59, 61, 62, 63
Camponeses 6, 36, 43, 44, 45, 48, 49, 50, 51, 52, 78
Capital 7, 9, 16, 17, 30, 33, 39, 41, 44, 45, 49, 50, 52, 83, 84, 89, 90, 91, 93, 94, 108, 109
Capitalismo 2, 39, 48, 52, 79, 82, 85, 90
Capitalista 38, 47, 48, 49, 52, 54, 79, 92, 107
Cidades 2, 12, 15, 17, 19, 27, 30, 39, 73, 78, 79, 80, 81, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 99, 102, 107
Conflito 16, 23, 28, 31, 33, 34, 35, 46, 49
Consumo 6, 42, 47, 72, 73, 74, 76, 79, 82, 83, 84, 98, 107

D

Desenvolvimento 1, 2, 3, 6, 7, 8, 10, 11, 15, 19, 29, 39, 41, 48, 50, 52, 57, 58, 59, 60, 63, 67, 69, 73, 74, 76, 77, 80, 86, 88, 89, 92, 93, 98, 101, 102, 107, 108
Desigual 39
Desigualdade 83, 84
Dialética 36, 37, 46, 73
Dialético 41, 48

E

Econômico 4, 16, 18, 19, 20, 21, 33, 50, 60, 73, 75, 82, 88, 89, 90, 106, 107
Educação 7, 11, 16, 36, 37, 38, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 57, 58, 59, 60, 63, 70, 71, 81, 84
Energia 1, 3, 6, 9, 10
Eólica 3, 9, 10
Eólicos 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10
Espaço 2, 4, 9, 10, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 23, 24, 29, 36, 37, 38, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 54, 55, 56, 61, 63, 64, 72, 73, 76, 78, 79, 82, 83, 86, 87, 89, 92, 94, 96, 97, 104, 106, 108, 110
Estado 2, 6, 7, 8, 12, 13, 14, 16, 18, 20, 21, 22, 24, 25, 27, 28, 31, 34, 49, 50, 51, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 61, 63, 65, 66, 69, 71, 72, 73, 77, 80, 81, 82, 83, 84, 86, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 99, 105, 106, 107, 109

F

Família 2, 6, 10, 22, 47, 48, 59, 60, 63, 89, 110
Familiar 47, 48, 57, 59
Familiares 6, 51, 59, 62
Fronteiras 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 23, 24, 26, 40, 55, 61, 102
Futuro 6, 87, 95

G

Geografia política 56, 57, 58, 60, 61, 63, 64, 69, 70
Geográfico 1, 9, 16, 19, 22, 44, 46, 61, 64
Geopolítica 13, 18, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 34, 71

Global 1, 9, 10, 31, 36, 37, 40, 41, 42, 46, 47, 48, 73

Globalização 8, 9, 16, 36, 37, 39, 41, 42, 43, 47, 55, 64, 71, 74

I

Idosos 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71

Imobiliária 97, 98, 105, 107

Indígenas 38, 44, 45, 50, 51, 52, 87

Industrialização 72, 73, 78, 92

L

Local 1, 9, 10, 12, 33, 36, 37, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 49, 52, 57, 58, 59, 87, 92, 94, 102, 107

M

Memória 56, 58, 61, 62, 63, 64, 70, 71

Mercado 19, 20, 21, 29, 30, 33, 76, 77, 78, 84, 89, 97, 99, 100, 102, 105, 106, 107, 108

Mercadoria 12, 16, 19, 21, 48, 74, 75, 76, 82

Metrópole 89

Movimentos 3, 16, 19, 27, 30, 31, 36, 37, 43, 44, 45, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 109

N

Nacionais 12, 13, 18, 36, 37, 41, 59, 63, 71

Nacional 10, 12, 13, 14, 16, 17, 19, 22, 28, 49, 53, 57, 61, 70, 71, 72, 78, 82, 92, 95, 99, 106

Natureza 3, 15, 23, 39, 43, 46, 49, 50, 54, 60, 63, 64, 75, 90, 106

P

Paisagem 1, 2, 3, 4, 5, 8, 10, 11, 14, 51, 109

Pobreza 1, 2, 7, 30, 73

Política 2, 6, 12, 13, 14, 16, 18, 21, 24, 25, 31, 43, 46, 49, 50, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 84, 86, 87, 88, 89, 93, 94, 100, 110

Progresso 1, 2, 3, 6, 96

Q

Quilombolas 38, 44, 45, 50, 51, 52, 55

R

Reestruturação produtiva 97, 98, 106, 109

Regional 1, 2, 24, 25, 48, 87, 93

Relações 12, 13, 15, 16, 19, 21, 27, 30, 34, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 45, 46, 47, 48, 61, 63, 74, 75, 83, 86, 95, 97, 99, 104, 107, 108

S

Seres humanos 38, 47, 64

Ser humano 39, 45, 46, 62, 73, 76, 80

Sociais 3, 6, 10, 16, 19, 23, 30, 31, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 57, 60, 61, 62, 64, 71, 73, 74, 75, 77, 81, 82, 83, 86, 104, 108, 110
Social 1, 2, 3, 10, 16, 23, 29, 30, 31, 39, 41, 43, 44, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 57, 58, 59, 60, 62, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 86, 98, 101, 107, 108, 110
Sociedade 5, 7, 9, 10, 14, 30, 31, 33, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 50, 51, 53, 57, 59, 60, 62, 63, 67, 71, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 86, 90
Socioeconômica 1, 10, 43, 57, 60, 81, 94
Socioespacial 12, 13, 15, 46, 84
Solo 3, 4, 8, 10, 61, 71
Sujeitos 28, 34, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 51, 52, 77

T

Tecnologia 37, 38, 39, 40, 53, 90
Territorial 1, 12, 13, 15, 16, 19, 22, 27, 36, 37, 44, 47, 48, 50, 51, 52, 55, 61, 77, 86, 93, 97, 98, 107
Território 1, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 24, 26, 27, 31, 36, 37, 38, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 61, 71, 78, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 94, 100, 108

U

Urbanização 54, 72, 73, 78, 83, 84, 88, 93, 95, 97
Urbano 16, 48, 72, 77, 78, 79, 80, 82, 83, 86, 89, 90, 91, 93, 94, 102, 108

V

Valor 6, 13, 21, 33, 74, 75, 76, 102, 103
Violência 34, 51, 72, 73, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 110

